

**CUT****FUP**

# JORNAL DO SINDIPETRO

## PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXIII | Nº 1397 | 16 a 30/11/2017

► **Campanha Reivindicatória 2017**

# GREVE

## A QUALQUER MOMENTO!

Todas as bases filiadas à Federação Única dos Petroleiros (FUP) aprovaram a greve por tempo indeterminado, a ser deflagrada a qualquer momento, caso a Petrobrás reduza direitos descritos e consagrados no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2015/2017. A vigência do ACT foi prorrogada até 31 de dezembro e as negociações ainda estão em andamento.

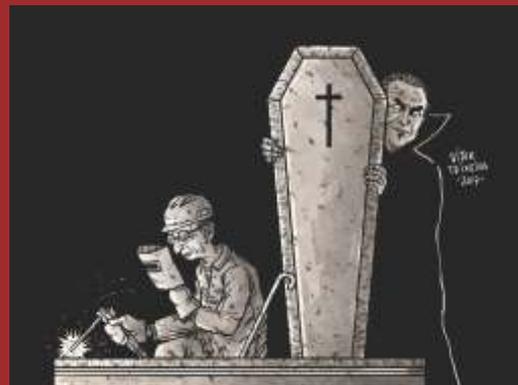
A categoria também acatou a indicação da FUP de que a conclusão do ACT deverá contemplar os trabalhadores da Petrobrás e de todas as subsidiárias, inclusive a Araucária Nitrogenados, com renovação e validade por dois anos, contemplando também o termo aditivo com as salvaguardas à contrarreforma trabalhista.

► **Pág. 2**



**Palestra com conselheiro da Petros tratou do equacionamento do PP-1 e os possíveis caminhos para reduzir os impactos.**

► **Pág. 3**



**Temer quer aprovar novas e perversas regras na aposentadoria. CUT convoca greve geral para o dia 05/12.**

► **Pág. 4**

► Campanha Reivindicatória 2017

# MEXEU, PAROU!



**Assembleias decidiram que não há acordo com redução de direitos. Petroleiros do PR e SC mostraram disposição de luta para manter direitos e barrar a contrarreforma trabalhista.**

Se a Petrobrás tentar retirar direitos, é greve! Este foi o recado que os petroleiros do Paraná e Santa Catarina deram à direção da empresa, nas 27 sessões de assembleias, realizadas pelo Sindicato entre os dias 20 e 27/11.

Por absoluta maioria, a categoria decidiu pela aprovação dos indicativos da FUP de greve por tempo indeterminado, a ser deflagrada a qualquer momento, se a Petrobrás reduzir os direitos descritos no Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2017; e de garantia de que todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás sejam

contemplados pelo ACT, com as salvaguardas à contrarreforma trabalhista.

Os índices de aprovação dos pontos de pauta das assembleias ficaram acima dos 90%, tanto nas bases do Paraná e Santa Catarina, quanto em âmbito nacional. O resultado aponta que há unidade e disposição de luta na categoria.

### Recado dado!

A Federação apresentou o resultado à Petrobrás ainda no dia 27, em reunião no Rio de Janeiro, na qual cobrou nova proposta para a renovação do ACT sem nenhum direito a menos e

compromisso de prorrogação do atual acordo enquanto durarem as negociações. Uma grande mobilização nacional está sendo convocada neste dia 30 de novembro, prazo estabelecido pela Petrobrás para prolongamento do ACT.

É fundamental que os trabalhadores deixem claro para os gestores da empresa que não permitirão redução de direitos. Não podem haver brechas que coloquem em risco conquistas históricas, que são fruto de décadas de lutas e organização. O Acordo Coletivo de Trabalho terá o tamanho da nossa luta.

## Resultado das assembleias no PR e SC:

**Ponto 1:** greve por tempo indeterminado, a ser deflagrada a qualquer momento:

**Favoráveis:** 91,49%

**Contrários:** 3,11%

**Abstenções:** 5,39%

**Ponto 2:** ACT deve contemplar todo o Sistema Petrobrás e termo aditivo com salvaguardas à contrarreforma trabalhista:

**Favoráveis:** 97,72%

**Contrários:** 0%

**Abstenções:** 2,28%

**Total de votos:** 482



## AQUECE PRA GREVE!

REPAR



SIX



EDIVILLE



TEPAR



LIOT - PONTAL DO PARANÁ



TEFRAN



TEJAI



TEMIRIM



TEGUAÇU



► **Previdência Complementar**

# Categoria luta para barrar o ajuste do Plano Petros 1

Em palestra no Sindipetro PR e SC, o conselheiro da Petros explicou as causas do déficit e mostrou os caminhos possíveis para tentar impedir ou minimizar os impactos do equacionamento.



AUDITÓRIO LOTADO para acompanhar a palestra do conselheiro da Petros

O conselheiro deliberativo da Petros eleito pelos trabalhadores, Paulo César Martin (PC), esteve em Curitiba no último dia 17 para ministrar palestra aos petroleiros sobre o equacionamento do Plano Petros 1 (PP-1).

Durante o evento, PC explicou sobre o histórico e causas do déficit do plano, que deve encerrar o exercício de 2017 com um saldo atuarial negativo de R\$ 27 bilhões e 700 milhões, além de explicar as estratégias defendidas pela FUP para barrar ou minimizar os impactos do equacionamento sobre os participantes (ativos e aposentados) do fundo de pensão.

O palestrante enfatizou que o déficit apresentado não se trata de um saldo negativo nas contas do plano, mas de uma projeção dos compromissos futuros, ou seja, se o plano tivesse que pagar de uma só vez todos os benefícios previstos, faltariam R\$ 27 bilhões. O patrimônio atual do Plano Petros é de R\$ 62 bilhões e a soma de todos os compromissos futuros, conforme tábua atuarial, é de R\$ 89 bilhões.

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), órgão que regulamenta a solvência dos fundos de pensão, determina uma fórmula para estabelecer um limite de déficit para os planos. Se

for ultrapassado, deverá ser feito o equacionamento por meio de contribuição extraordinária.

No caso do Petros 1, a Fundação optou por elaborar um plano de equacionamento pelo teto da dívida, algo que prejudica muito os participantes. Desta forma, o montante a ser equacionado é de aproximadamente R\$ 27 bilhões, divididos paritariamente entre patrocinadora (Petrobrás) e participantes. O prazo para pagamento é de 215 meses e implicará em um aumento de cerca de 300% (por exemplo, quem paga hoje R\$ 800 de contribuição normal, passará pagar R\$ 2.400,00. Ou seja, R\$ 800,00 de normal, mais R\$ 1.600, de extraordinária) na contribuição dos participantes ativos e aposentados.

A FUP e os sindicatos entraram com ação para barrar o plano de equacionamento pelo teto da dívida e um Grupo de Trabalho foi composto para tentar se chegar a um acordo entre as partes (Petros, Petrobrás e categoria). Se nenhuma das alternativas surtir o efeito desejado, é muito provável que as contribuições extraordinárias passem a ser cobradas a partir deste mês de dezembro.

## Causas do déficit

Na palestra, PC expôs os diversos fatores que geraram o déficit atuarial de R\$ 27 bilhões no Petros 1. Segundo ele, as causas são de origem estrutural e conjuntural.

Os fatores apontados como estruturais são a retirada do teto operacional de 90% para os empregados

topados do PP1, que estão no teto da contribuição para Petros (R\$ 16.500,00), ações judiciais contra o plano e a diferença entre a família padrão considerada pelo regulamento e a chamada “família real”.

Já as causas conjunturais que contribuíram para os resultados negativos do Petros 1 são a alta da inflação, os investimentos no mercado de ações que não trouxeram os resultados esperados e causaram prejuízos bilionários (relação abaixo), assim como a recessão e consequente queda nos indicadores da economia nacional nos últimos anos.

## Estratégias de luta

Com o intuito de barrar o atual plano de equacionamento ou minimizar seus impactos na categoria, a

FUP traçou algumas estratégias de luta. Entre elas, tentar anular o equacionamento pela via judicial; buscar fazer através do GT um novo Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para, através do Conselho Deliberativo da Petros, fazer um novo modelo de equacionamento, porém isso depende da concordância da Secretaria de Previdência Complementar (Previc); aprovação de novo plano de equacionamento pelo mínimo (R\$ 20 bilhões), inclusão dos beneficiários pré-1970 (c/ despesas bancadas pela Petrobrás) e pensionistas repactuadas no rateio do déficit, e, por fim, realização de cálculo do impacto atuarial da introdução dos fatores FAT e FC no Regulamento do Plano, a fim de que as patrocinadoras arquem com os compromissos previstos no inciso IX do artigo 48 do Regulamento.

## RAIO-X DAS CONTAS DO PLANO PETROS 1



**Patrimônio do Plano Petros 1:** R\$ 62 bilhões

**Compromissos futuros:** R\$ 89 bilhões

**Déficit atuarial:** R\$ 27 bilhões e 700 milhões

**Causas estruturais do déficit:**

- Retirada do teto operacional de 90% para os topados (- R\$ 3,5 bilhões)
- Diferença entre a família padrão e a família real (- R\$ 5 bilhões)
- Ações judiciais contra o plano (- 1 bilhão)
- Acordo dos níveis de 2004, 2005 e 2006 (- R\$ 3 bilhões)

**Causas conjunturais do déficit:**

- Alta da inflação (- R\$ 6,8 bilhões)
- Investimentos em ações na bolsa de valores (- R\$ 3,1 bilhões)
  - Sete Brasil (sondas e plataformas): - R\$ 1,6 bilhão
  - Vale do Rio Doce, Invepar (transportes), Norte Energia (Belo Monte) e Brasil Foods (BRF): - R\$ 1,5 bilhão.

 **Assista à palestra**

A palestra do conselheiro da Petros foi transmitida ao vivo pela fanpage do Sindipetro Paraná e Santa Catarina no Facebook. Quem quiser, ainda pode assistir os vídeos da palestra no site do Sindicato ou no canal do YouTube.

**► Previdência Pública**

# Temer quer aprovar novas e perversas regras na aposentadoria

**5/12 - Dia de Greve em todo o Brasil contra o fim da aposentadoria e em defesa dos direitos trabalhistas**

A nova proposta de desmonte da Previdência Social anunciada pelo governo do ilegítimo Michel Temer (PMDB-SP) é tão ou mais perversa do que as anteriores. As trabalhadoras e os trabalhadores do setor público e do privado serão prejudicados em todas as situações impostas pelas novas regras que devem ser votadas no próximo dia 6 de dezembro na Câmara dos Deputados.

Se a reforma for aprovada, as trabalhadoras e os trabalhadores terão de trabalhar mais, enfrentar mais condições precarizadas que foram legalizadas pela nova lei trabalhista, ganhar menos e, ainda, correr o risco de não conseguir se aposentar.

Para o presidente da CUT, Wagner Freitas, “juntas, as reformas Trabalhista – que entrou em vigor no dia 11 de novembro - e a da Previdenciária, vão acabar com o emprego formal e, consequentemente, com as chances dos/as trabalhadores/as se aposentarem”. “Será muito difícil a trabalhadora ou o trabalhador se manter empregado e contribuir com o INSS sem carteira assinada, subem-



pregado ou com contrato intermitente de trabalho”, explica Wagner.

Segundo ele, “com a primeira reforma, Temer institucionalizou o bico no Brasil, legalizou novas formas de contratação que fragilizam o trabalhador e precarizam as condições de trabalho. Com a segunda, a da Previdência, vai acabar com a aposentadoria.”

A nova proposta de Reforma da Aposentadoria, que o mercado está pressionando Temer a votar, tem ataques aos direitos da classe trabalhadora que vão de redução no valor das aposentadorias, fim da aposentadoria por tempo de contribuição, idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres, exigência de 40 anos de contribuição para ter direito ao valor do benefício integral e regras mais rígidas para os servidores públicos.

E nos rádios e nas TVs, o governo vem gastando milhões de reais em propagandas enganosas, que tentam convencer a população que a Reforma da Previdência vai cortar privilégios, que sem isso a economia do Brasil entrará em recessão, será o caos, dizem.

Mais um engodo, uma mentira deslavada, se revolta Wagner. “O ilegítimo e corrupto Temer, segundo denúncias da PRG – Procuradora Geral da República, não corta privilégios como os de sua própria aposentadoria e de seus colegas do Ministério Público, o que ele faz é novamente atacar o direito da classe trabalhadora”.

E é para defender esse direito que a CUT e as demais centrais sindicais vão realizar uma greve nacional contra a Reforma da Previdência e pelos direitos no dia 5 de dezembro.

## Confira as principais perdas

### Perda no valor da aposentadoria

A nova proposta vai diminuir o valor a ser pago aos trabalhadores em praticamente todas as faixas, conforme tabela abaixo. Mesmo quem conseguir atingir a idade mínima imposta na nova proposta, mas contribuir, por exemplo, apenas 15 anos, que é o tempo mínimo exigido, vai receber apenas um benefício parcial, de apenas 60% da média de todas as suas contribuições.

Tempo de contribuição	Regime geral (iniciativa privada)	Servidor público
15 anos	60% da média salarial	Não aposenta
20 anos	65% da média salarial	Não aposenta
25 anos	70% da média salarial	70% da média
30 anos	77,5% da média salarial	77,5% da média
35 anos	87,5% da média salarial	87,5% da média
40 anos	100% da média salarial	100% da média

Na primeira versão do desmonte da Previdência, a proposta era de 76% da média salarial para quem atingisse o tempo mínimo de contribuição. No substitutivo, essa média caiu para 70%, e agora chegou a 60%.

Hoje, a maior parte das aposentadorias – cerca de 10 milhões - ocorre por idade.

### Fim aposentadoria por tempo contribuição

Já a possibilidade de se aposentar por tempo de contribuição – hoje correspondente a cerca de 5,4 milhões dos benefícios concedidos – não será mais possível, caso a nova proposta de Temer para a Previdência for aprovada pelo Congresso Nacional. Após o período de transição previsto no projeto, que vai de 2018 a 2042, apenas quem atingir a idade mínima - 65 anos, homem, e 62, mulher – conseguirá se aposentar no Brasil.

E só terá direito à aposentadoria integral (benefício de 100% da média de todas as contribuições, sem descontos) se, além de atingir a idade mínima, completar 40 anos de contribuição.

Por exemplo, um homem, com 55 anos de idade e 33 anos de contribuição, precisaria, com as regras atuais, de mais dois anos para ter o direito de se aposentar por tempo de contribuição. Para receber o benefício integral com a fórmula 85-95 - modalidade instituída no governo da presidenta eleita legitimamente, Dilma Rousseff - teria de trabalhar mais 3,5 anos. Já com a nova regra proposta por Temer, após o período de transição, este mesmo homem só poderá se aposentar com 65 anos e, para receber o valor integral, terá de ter contribuído por 40 anos.

Fonte: CUT

